

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE [CIDADE/UF]

[NOME DO GENITOR], brasileiro, [estado civil], [profissão], portador do CPF nº [xxx] e RG nº [xxx], residente e domiciliado na [endereço completo], por seu advogado infra-assinado (instrumento de mandato anexo), com escritório profissional na [endereço do advogado], vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor a presente

AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

em face de [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO MENOR], na qualidade de representante legal de [NOME DO MENOR], menor impúbere, com endereço na [endereço completo], pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I – DOS FATOS

O requerente firmou acordo judicial (ou foi fixado judicialmente), nos autos da ação de alimentos nº [xxx], a obrigação de prestar alimentos no valor correspondente a **2 (dois) salários mínimos** mensais em favor de seu filho [nome do filho].

À época da fixação da obrigação, o autor percebia renda mensal de aproximadamente **R\$ 6.000,00**, valor que lhe permitia honrar com o pagamento estabelecido.

Ocorre que, por circunstâncias alheias à sua vontade, houve substancial alteração em sua situação financeira. O autor **passou a receber apenas R\$ 2.000,00 mensais**, o que representa uma **redução significativa de sua capacidade contributiva**.

Ademais, o autor é atualmente pai de outra criança, nascida recentemente, o que naturalmente gera novas e legítimas responsabilidades financeiras.

Assim, a obrigação alimentar anteriormente fixada tornou-se excessivamente onerosa, motivo pelo qual busca a presente revisão.

II – DO DIREITO

Nos termos do artigo 1.699 do Código Civil, "**se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre ou de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo**".

A jurisprudência é pacífica no sentido de que a obrigação alimentar deve respeitar o trinômio **necessidade, possibilidade e razoabilidade**. No presente caso, não há como se exigir do autor um pagamento incompatível com sua nova realidade financeira.

Além disso, o nascimento de outra filha exige do autor o cumprimento do princípio da isonomia entre os filhos, conforme disposto no artigo 227 da Constituição Federal e artigo 1.634 do Código Civil.

III – DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Diante da flagrante desproporção entre o valor atualmente pago e a real capacidade financeira do autor, **requer-se, liminarmente, a redução provisória dos alimentos para 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente**, até o julgamento final da presente ação.

A verossimilhança está demonstrada pela documentação anexa que comprova a alteração da renda e o nascimento da segunda filha, e o perigo de dano é evidente, pois a manutenção da obrigação anterior pode levar o autor ao inadimplemento forçado.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. A concessão **liminar** da tutela de urgência para reduzir, desde já, os alimentos devidos de **2 salários mínimos para 50% do salário mínimo vigente**, até decisão final;
2. A citação da parte requerida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia;
3. Ao final, seja **julgado procedente o pedido**, com a **revisão definitiva da obrigação alimentar**, fixando-a em **50% do salário mínimo vigente**;
4. A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial documental e testemunhal, se necessário;
5. A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, por ser o autor pessoa com recursos limitados, conforme declaração anexa.

Dá-se à causa o valor de R\$ [valor equivalente a 12x o novo valor pretendido].

Nestes termos,

Pede deferimento.

[Cidade], [data].

[NOME DO ADVOGADO]

OAB/[UF] [número]

[telefone e e-mail]